

Fim de concessões pode acabar com tarifa elétrica

Estratégia demandaria a aplicação de um ônus sobre a receita líquida das companhias estatais de energia, como Cesp e Cemig, cujos contratos com a União vencem a partir de 2015

Ruy Barata Neto

rneto@brasileconomico.com.br

O governo pela primeira vez qualifica o processo pelo qual reduzirá o preço da energia elétrica como parte da solução do impasse em torno do fim do período de concessão das companhias estatais de energia, que vencem a partir de 2015 (ver reportagem ao lado). Embora evite entrar em detalhes sobre o assunto, o secretário-executivo de Minas e

Energia (MME), Márcio Zimmermann, diz que o caminho deverá ser feito por meio da redução da cobrança da tarifa do sistema de transmissão (Tust), uma das taxas que incidem na conta de luz do consumidor.

O modelo se aproxima do que é defendido pela Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage). A entidade quer prorrogar as outorgas de concessões do setor aplicando um ônus a ser recolhido das receitas líquidas de venda da energia das usinas. Esse valor destinado aos cofres públicos financiaria a diminuição do imposto para o consumidor. Segundo o presidente da Abrage, Flávio Neiva, a oneração poderia servir, dependendo do cálculo a ser feito, também para cobrir outros encargos como a Tarifa do Sistema de Distribuição (Tusd) e o Encargo de Serviço do Sistema (ESS). “O que encarece a conta de energia

é a carga tributária e não o preço de geração”, diz Neiva.

O ônus a ser cobrado das usinas se deve ao fato de que ao longo do período de concessão os investidores da empresa já tiveram tempo de recuperar, com a venda da energia, os recursos aplicados na construção e modernização da estrutura de geração de energia. Ao final do prazo da concessão, esse “bem” público deve de alguma forma voltar para o consumidor.

Ônus

O valor anual da Tust para o biênio 2011-2012 é de R\$ 12 bilhões, montante que é dividido em partes iguais entre as geradoras e o consumidor final. Com isso, o governo federal oneraria as companhias elétricas em R\$ 6 bilhões ao ano, no mínimo. Segundo cálculos da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), isso daria para o consumidor uma redução

entre R\$ 15 e R\$ 20 por megawatt-hora (MWh) na conta de luz. “Claro que o governo precisará explicar melhor como fará esse processo, mas este é um valor referência na redução”, afirma Fernando Umbria, assessor da diretoria da Abrace. “A solução é boa porque a taxa só tende a aumentar nos próximos anos em razão do repasse dos custos de construção de novas linhas de transmissão que irão atender as usinas novas.”

O coordenador geral do grupo de estudos do setor elétrico (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Nivalde de Castro, diz que a redução da Tust seria um outro mecanismo de aplicação do deságio do governo sobre a energia das geradoras. O ônus seria resultado de uma conta dos ativos amortizados ao longo do tempo — esse valor, no entanto, é uma incógnita que será resolvida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) atrelada a uma decisão política. Hoje, a tarifa de energia no Brasil é a terceira mais cara do mundo.

Para Umbria, resta saber se a receita líquida das usinas não será ainda maior do que o necessário para pagar o ônus com a diminuição da Tust, o que garantiria uma lucratividade não justificada. “Trata-se de um cálculo que precisará ser muito bem esclarecido pelo governo.” ■

Governo não fala sobre modelo para entregar novos contratos

Analistas consideram que já pode haver decisão para prorrogar concessões por mais 30 anos

O debate sobre o sistema tarifário ganha força à revelia de uma posição mais clara do governo sobre o modelo que adotará para a entrega de novos contratos de concessão que expiram em 2015.

A legislação recomenda a retomada dos ativos pela União, reversão dos investimentos que não tiverem sido amortizados e a realização de uma licitação para a escolha de novos concessionários.

Para muitos analistas, o governo já teria tomado a decisão de não seguir esse caminho e repetir a prorrogação dos contratos pelos novos 30 anos a o que exigiria a redação de uma Projeto de Emenda Constitucional (PEC), alterando a lei, e que teria que ser votada no Congresso. A questão agora seria apenas o momento mais adequado para colocar o tema em pauta e viabilizar a sua aprovação.

Entre as forças que se colocam em oposição a isso está a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que advoga um ganho de redução de tarifa bem maior como resultado de um processo de licitação. O presidente da entidade, Paulo Skaf, chama a atenção de que a alteração da lei fere a Constituição sem justificativa aceitável. Os ganhos de modicidade tarifária seriam maiores no caso de licitação, segundo estudos da entidade.

Preço-teto

A prorrogação dos contratos é a decisão mais provável a ser tomada pelo governo, uma vez que estudos realizados pelo próprio Ministério de Minas e Energia (MME) sugerem essa solução. Neste caso, o governo estabelecerá um preço-teto do valor de energia a ser comercializada em leilão.

O valor seria determinado politicamente pelo governo e deverá garantir o pagamento dos custos de operações e uma taxa de retorno reduzida pelo ônus da modicidade tarifária.

“Como a maioria dos contratos de energia velha vencem no final de 2012, talvez o governo firme o novo valor para o leilão do ano que vem, o que garantiria uma prorrogação da concessão por mais 30 anos”, diz o coordenador geral do grupo de estudos do setor elétrico (Geisel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Nilvaldo de Castro. ■ R.B.N

A legislação recomenda a retomada dos ativos pela União, reversão dos investimentos que não tiverem sido amortizados e a realização de uma licitação para a escolha de novos concessionários

“

Os impostos e os encargos é que tornam a energia cara

Aceitamos que o governo recolha uma parte da receita das usinas por conta dos investimentos

já amortizados feitos nas empresas desde que as concessões sejam prorrogadas

O valor da amortização não arriscamos. Deve sair dos cálculos do ministério e da Aneel

Flávio Neiva
Presidente da Abrage

Antonio Cruz/ABr

Zimmermann diz que redução pode ocorrer por meio da tarifa do sistema de transmissão (Tust)

